

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	724.992.916,47	7.174.942,47	732.167.858,94
Pessoal Ativo	491.731.953,50	7.174.333,80	498.906.287,30
Pessoal Inativo e Pensionistas	233.260.962,97	608,67	233.261.571,64
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	225.151.279,53	96.797,96	225.248.077,49
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	103.202,04	96.797,96	200.000,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	2.602.265,51	0,00	2.602.265,51
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	222.445.811,98	0,00	222.445.811,98
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	499.841.636,94	7.078.144,51	506.919.781,45


APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

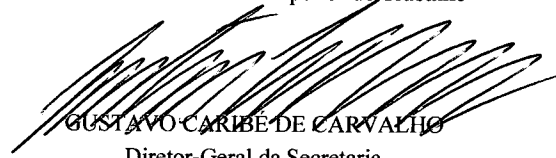
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	722.474.299.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,069185%	0,000980%	0,070164%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,181764%		1.313.198.184,83
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,172675%		1.247.532.495,80
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,163588%		1.181.881.256,25

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 11/janeiro/2017, às 15h29min.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Os Limites Máximo e Prudencial foram estipulados conforme Ato Conjunto TST/CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.


 Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
 Presidente do Tribunal Superior do Trabalho


 GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria


 RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno


 MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
 Secretária de Administração Substituta

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	(a)	(b)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
156 - Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor	5.787.767,45			2.313,35	58.728,56	5.726.725,54		0,00	
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Segur. Soc. Servidor	15.249.092,36			65.528,71	85.021,41	15.098.542,24		0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	21.036.859,81	0,00	0,00	67.842,06	143.749,97	20.825.267,78	0,00	0,00	
100 - Recursos Ordinários	530.351.885,87	275.360,64	269.004,34	11.230.759,03	96.161.682,00	422.415.079,86		0,00	
127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	25.214.960,92	375.589,50	32.882,51	5.909.401,99	0,00	18.897.086,92		0,00	
150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	65.719,02				0,00	65.719,02		0,00	
151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	27.117,52				0,00	27.117,52		0,00	
188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	142.900,94				119.966,41	22.934,53		0,00	
190 - Recursos Diversos	655.768,01				655.768,01	0,00		0,00	
300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	2.692.744,09				139.080,31	2.553.663,78		0,00	
329 - Recursos de Concessões e Permissões	581.974,42					581.974,42		0,00	
350 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	1.411.829,14					1.411.829,14		0,00	
388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nac. - Exer. Ant.	47.004,44					47.004,44		0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	561.191.904,37	650.950,14	301.886,85	17.140.161,02	97.076.496,73	446.022.409,63	17.169.871,80	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	582.228.764,18	650.950,14	301.886,85	17.208.003,08	97.220.246,70	466.847.677,41	17.836.446,27	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES!	21.036.859,81	0,00	0,00	67.842,06	143.749,97	20.825.267,78	0,00	0,00	

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial - DICONT/SEA/TST, 19/jan/2017, às 15h30min.

Notas: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário, estão incluídos do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 0800017) da Justiça do Trabalho, na "Disponibilidade de Caixa Bruta", os valores de: R\$ 543.445.080,12, relativo ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" e de R\$ 697.022,41 referente ao valor positivo líquido a receber para pagamento de RP; e, em "Demais obrigações Financeiras" o valor de R\$ 96.548.294,76, da conta 82214.01.01 - Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição.

3) No saldo da coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" está incluído o valor a receber para RP, de R\$ 7.227.397,53, da UG 080001 - Tribunal Superior do Trabalho, conta 82224.01.01.

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

[Assinatura]
GUSTAVO CARIBE DE CARVALHO
Diretor - Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA

Secretário de Controle Interno

[Assinatura]

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI

Secretária de Administração Substituta

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2016

LRF, art. 48 - ANEXO VI

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	722.474.299.000,00	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	506.919.781,45	0,070164
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.313.198.184,83	0,181764
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	1.247.532.495,80	0,172675
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹
Valor Total	17.836.446,27	466.847.677,41

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - DICONT/SEA/TST, em 19/jan/17, às 15h30min.

Nota: ¹ A Disponibilidade de Caixa Líquida inclui o valor de R\$ 447.593.807,77 referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário. Assim, a Disponibilidade de Caixa Líquida do Tribunal Superior do Trabalho (UG 080001) é de R\$ 19.253.869,64.



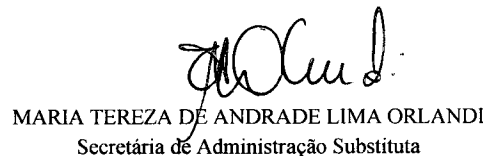
Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO
 Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
 Diretor-Geral da Secretaria



RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
 Secretário de Controle Interno



MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI
 Secretária de Administração Substituta